



O INTERCÂMBIO CULTURAL COMO POSSIBILIDADE PARA UM ESTUDO SIGNIFICATIVO SOBRE AS SOCIEDADES INDÍGENAS¹

Gabriela Camacho Gomes²
 Natália Camacho Gomes³
 Sandra Regina Ferreira de Oliveira⁴

RESUMO: Este artigo é resultado do trabalho realizado no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No projeto “Outros Olhares, Outras Histórias: os Kaingang e os Guarani no contexto da colonização e da atualidade” buscou-se conhecer sobre as identidades indígenas e apresentar uma experiência desenvolvida com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental na qual se trabalhou com intercâmbio cultural entre alunos índios e não índios. Esta análise pautou-se em autores como Paulo Freire (1996), Bauman (2005), Alfredo Veiga-Neto (2003) Gersem dos Santos Luciano (2006) e Ana Valéria Araújo (2006). O artigo foi dividido em duas partes: a primeira apresentará a construção histórica do processo de valorização da identidade indígena. A segunda, procura analisar as contribuições dos estudos e experiências resultantes do PIBID no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Palavras-chave: sociedades indígenas; PIBID; diversidade

INTRODUÇÃO

Este artigo busca, prioritariamente, divulgar as ações desenvolvidas no projeto “Outros Olhares, Outras Histórias: Os Kaingang e os Guarani no contexto da colonização e da atualidade” parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina.

¹ Partes das reflexões constante no artigo foram apresentadas no V Simpósio de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação e XV Semana da Educação “Da formação à ação docente: impactos na educação escolar”, realizado na Universidade Estadual de Londrina no período de 8 a 10 de Maio de 2013.

² Discente do terceiro ano do Curso de Pedagogia da UEL. Contato: gabi_camacho52@hotmail.com

³ Discente do terceiro ano do Curso de Pedagogia da UEL. Contato: nataliacamachogomes@gmail.com

⁴ Prof. Coordenadora do PIBID – Pedagogia, UEL. Contato: sandra.oliveira@uel.br

Destaca-se, em um primeiro momento, o processo histórico de consolidação e valorização da identidade indígena por meio do estudo de algumas bases legais, tais como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto do Índio.

Posteriormente, serão ressaltadas as experiências vivenciadas no projeto, evidenciando aspectos sobre como são entendidas pelos alunos não índios algumas das tradições e crenças indígenas. Identifica-se, inicialmente, que tais compreensões revelam uma percepção negativa acerca da cultura indígena que, de certa forma, é alimentada pela instituição escolar que mantém e reforça a imagem do índio vinculada ao período colonial da história do Brasil. No trabalho desenvolvido buscou-se possíveis modificações no entendimento de como tal conteúdo pode ser trabalhado na sala de aula com os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. O caminho escolhido foi dar voz ao índio e valorizar o intercâmbio cultural entre crianças índias e não índias.

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA

Nas últimas décadas as políticas públicas têm avançado, ainda que a passos lentos, quanto ao direito das minorias e o respeito a diversidade cultural, religiosa e sexual. No presente artigo retoma-se o processo de valorização da identidade indígena, buscando compreender como ocorreu esse processo historicamente. Escolheu-se como fonte investigar a Constituição de 1988, o Estatuto do Índio e a Lei 11.645, de março de 2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e regulamenta que:

Art. 26-A

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm . Acesso em 14/04/2013)

Para iniciar a análise proposta, faz-se necessário compreender o conceito de identidade. Segundo Claude Dubar (1997) a identidade nunca é dada, é sempre construída como resultado do processo de socialização. De acordo com esta denominação, a identidade consolida-se no decorrer do tempo, a partir de culturas, crenças e hábitos de determinados grupos sociais.

Antonio da Costa Ciampa entende que, o que se define como identidade é o resultado de muitas e contraditórias combinações. Para o autor, “uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una. Por mais contraditório, por mais mutável que seja, sei que sou eu que sou assim, ou seja, sou uma unidade de contrários, sou uno na multiplicidade e na mudança” (1984, p. 61).

Ciampa destaca que a construção da identidade é um fenômeno social e não natural, com caráter temporal e só possível de ser compreendido articulado ao movimento da sociedade (1984, p. 65 a 72). O autor registra que, nos estudos sobre a temática, valoriza-se o conceito de identidade vinculado a permanência, a estabilidade (p. 74). No entanto, para ele, o que determina a identidade é o movimento que se imprime ao transitar pelos ritos sociais. Dessa forma não se trata de algo concluído, mas sim como um processo em formação.

Zygmunt Bauman (2005) adverte que, historicamente, o conceito de identidade relaciona-se diretamente com a necessidade de construção das identidades nacionais (p. 26). Em suas análises destaca também que no mundo moderno, o “anseio por identidade” (p. 35) relaciona-se diretamente ao desejo de segurança. No entanto, em uma sociedade na qual tudo se desfaz rapidamente, falar em identidade torna-se quase contraditório.

É neste contexto fluído, conforme define Bauman (2005), que constrói as noções de identidade: quem sou eu e quem é o outro. Neste trabalho buscou-se compreender que saberes os alunos não índios formulavam sobre as sociedades indígenas e, a partir deste conhecimento, construir uma didática eficaz para a valorização da cultura indígena.

Discutir sobre a identidade indígena é uma temática complexa. A situação de dominação cultural a qual esses povos estiveram submetidos ao longo de séculos resultou em uma visão negativa do índio em relação a sua própria cultura.

Alfredo, Veiga-Neto, citado por Gersem dos Santos Luciano (2006), corrobora na compreensão do porque os indivíduos passam a negar sua própria cultura. Para este autor, por muito tempo, a cultura ocidental foi considerada como universal e as demais culturas deveriam assemelhar-se à esta, considerada como superior.

Atualmente, embora ainda existam reflexos desta percepção, percebe-se que houve uma considerável mudança, já que a valorização da identidade indígena se deu, sobretudo, por meio da consolidação de determinantes legais que defende os direitos dos povos indígenas. Dentre os aspectos legais que contribuíram para a determinação da identidade indígena destaca-se a Constituição Federal de 1988.

De acordo com Araújo a Constituição de 1988:

Trouxe uma série de inovações no tratamento da questão indígena, incorporando a mais moderna concepção de igualdade e indicando parâmetros para a relação do Estado e da sociedade brasileira com os índios (2006, p. 38).

Assim, na a Constituição Federal de 1988 há um capítulo dirigido exclusivamente às questões indígenas, assegurando o direito à diferença. No capítulo VIII, artigo 231, consta:

são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988).

Anterior à Constituição de 1988 tem-se o Estatuto do Índio, Lei Nº 6.001, de 19 de Dezembro de 1973. Tal documento retrata a ideia, predominante na década de 1970, de integração cultural do índio à cultura do homem branco, conforme já destacado anteriormente neste texto. Em seu artigo primeiro apresenta:

Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e

integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em 16/03/2013).

A Constituição Federal de 1988, calcada de uma sociedade multicultural, estabelece em forma de Lei o preconizado nas lutas de vários segmentos sociais em prol de compreender o índio a partir de sua identidade cultural, valorizando a diversidade e não a partir da integração à cultura do homem branco. Em decorrência, no ano de 1992 é criada uma comissão na Câmara Federal para elaboração de um novo documento visto as defasagens encontradas no anterior. Porém, pouco se avançou sobre a questão. Em 1994, essa comissão propõe o Estatuto das Sociedades Indígenas que ainda não foi aprovado no Congresso Nacional.

Tem sido grande o esforço de alguns segmentos da sociedade civil e organizações indígenas quanto a conseguir avanços nas políticas públicas referentes às sociedades indígenas, porém há enorme resistência por parte de outros. No entanto, embora existam dificuldades em reconhecer o direito indígena, é importante considerar as legislações impostas como um avanço no que diz respeito à valorização de sua identidade.

Muito se caminhou desde a década de 1980, quando da emergência do movimento indígena em recuperar a valorização de sua identidade sociocultural. Em decorrência houve evidente reconhecimento dos índios como falantes de suas línguas originárias e praticantes de suas tradições e culturas. Dessa forma, o indivíduo que negava suas origens e buscava ser cada vez mais semelhante do homem branco, ou seja, aqueles que se autodenominaram caboclos, para não serem chamados de índios, passaram a ser cada vez mais desvalorizados, e conseqüentemente, houve a discriminação desses sujeitos por parte dos próprios povos indígenas.

O reconhecimento e a valorização da identidade indígena, anteriormente negada por muitos indivíduos, resulta na conscientização e disseminação da luta por seus direitos. Dessa forma, identifica-se atualmente que o indígena passou a ter “orgulho de ser nativo, de ser originário, de ser portador de civilização própria e de pertencer a uma ancestralidade particular” (LUCIANO, 2006, p. 33). Percebe-se então que vivenciamos um processo de valorização da cultura indígena por seus próprios entes e que reverbera na forma como são entendidos pelos não índios. A partir da reafirmação dos valores culturais

e étnicos do povo indígena, as tradições, línguas e costumes passaram a ser valorizados e preservados.

No caso da cidade de Londrina, estado do Paraná, o índio está presente na cidade, principalmente, nos arredores do Centro Cultural Kaingang. No entanto, o que se identifica nas escolas é um estudo do índio preso no passado, no período colonial da história do Brasil e bem distante, temporal e espacialmente, de nossa região. São muitas as questões que envolvem dar voz ao índio atual, dentre uma delas, a disputa pela terra é, sem dúvida a mais incômoda a ser enfrentada, pois não há como conciliar o discurso construído pela historiografia oficial de que essas terras eram “despovoadas” se o passado se faz presente concretamente nas ruas da cidade.

Neste sentido, a educação escolar possui perceptivelmente, considerável responsabilidade pela valorização da identidade indígena, bem como à transmissão de valores e da cultura, de modo que as novas gerações possam elaborar novas compreensões sobre a constituição da sociedade atual. Atualmente, valoriza-se os as produções dos conhecimentos indígenas, mas durante um longo período foi mais valorizado os conhecimentos não advindos da cultura indígena. Não há como esquecer que a escola é uma é uma instituição introduzida na sociedade brasileira por meio dos colonizadores.

Tempos atrás, os indígenas possuíam certa repulsa em integrar-se à cultura escolar, já que consideravam que este processo poderia ser uma forma de imposição de outras culturas à sua. Mas, diante da existência de um mundo cada vez mais globalizado, os indígenas passaram a compreender que o processo escolar poderia ser um instrumento de fortalecimento de sua cultura, visando atender suas necessidades atuais. Assim, a educação passou a ser uma forma de consolidar a identidade sociocultural e de garantir a cidadania dos povos indígenas.

É fundamental que exista, na educação escolar indígena, o respeito à diferença e a valorização da pedagogia indígena, resultando assim no reconhecimento da identidade sociocultural do índio. De acordo com Freire (2008), em qualquer modalidade educativa, deve existir na educação o respeito à identidade cultural, mas também o reconhecimento de cada indivíduo em assumir suas culturas, tradições. Mas, essa é uma realidade que é incoerente com uma prática pedagógica autoritária que evidencia somente um tipo de indivíduo e de prática educativa, como se todos os indivíduos aprendessem da mesma

forma e no mesmo ritmo. Outro aspecto importante a ser enfatizado é a importância da socialização no processo educativo. Segundo Freire (1996), todos os alunos, independente de sua cultura, precisam reconhecer-se como seres sociais e históricos, pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos.

Porém, o que se percebe atualmente é que em muitas escolas não indígenas, não há práticas pedagógicas que valorizem a sociedade indígena e que priorize o aluno a compreender quem é o indígena na atualidade, suas tradições, costumes e valores. A realidade dos alunos indígenas, muitas vezes, não é considerada nas escolas não indígenas e, nas escolas indígenas, é reproduzido o modelo escolar do homem branco. Tem-se então um paradoxo. Percebe-se, diante dessa situação, que a escola é influenciada por uma ideologia monoculturalista, que seja única para todos, sendo estabelecida pela modernidade como a “mais homogênea e a menos ambivalente possível. Ou seja, em outras palavras: uma sociedade a mais previsível e segura possível” (VEIGA-NETO, 2003, p. 10).

Apesar do monomodelo quanto à escola, de acordo com Luciano (2006), as culturas e os interesses indígenas vêm sendo cada vez mais respeitados pela prática educacional no país. Porém, é necessário que existam ainda avanços nos mecanismos administrativos, políticos, socioculturais e financeiros, para que haja a efetiva garantia dos direitos dos povos indígenas de desenvolverem processos político-pedagógicos autônomos, para que haja a consolidação da identidade indígena.

Sintetizando, é possível compreender que, desde a década de 1980 houve um intenso movimento referente à valorização da identidade indígena, pelos indígenas, na qual a cultura, os valores, as tradições passaram a ser reconhecidos e praticados, sendo transmitidos às novas gerações, seja por forma oral – de pais para filhos – ou por meio da educação, seja tradicional ou escolar. No entanto, tais mudanças não tem se espalhado para grande parte da sociedade, que alimenta representações sobre o índio na qual predomina uma visão negativa, na linha imposta pelos colonizadores. Neste sentido, torna-se necessário que possam ser compreendidos por todos os indivíduos, não somente da população brasileira, mas mundial, como integrantes assíduos de uma sociedade multicultural e que vivenciam aspectos semelhantes à vida do homem não-índio preservando e valorizando sua identidade cultural.

VIVÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES: O INTERCÂMBIO CULTURAL COMO POSSIBILIDADE NO PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID – financiada pela CAPES, propõe a inserção de futuros docentes à sala de aula, a fim de enriquecer seu processo de formação. Para conseguir tal objetivo, concede bolsas de iniciação à docência para alunos de licenciatura, supervisores (professores da Educação Básica) e coordenadores (professores das IES) com a finalidade de aperfeiçoar a formação docente e a melhoria da qualidade da educação pública brasileira, tendo em vista que possibilita o vínculo entre acadêmicos em formação, professores com atuação em sala de aula e professores formadores de professores.

Na Universidade Estadual de Londrina – UEL – o programa é realizado em várias licenciaturas, dentre elas, no curso de Pedagogia. Nesta, trabalha-se com a metodologia de projetos inserindo temáticas nas salas de aula das escolas do município de Londrina. Um dos projetos desenvolvidos no ano de 2012 foi “Outros olhares, outras histórias: os Kaingang e os Guarani no contexto da colonização e na atualidade”.

O projeto em questão tem por finalidade incentivar diferentes modalidades de intercâmbio cultural entre os alunos não-índios (inseridos nas escolas municipais nas quais a temática foi desenvolvida) e alunos, professores e representantes da escola indígena.

Optou-se por aprofundar aspectos referentes à cultura indígena na atualidade e, particularmente, dar voz aos indígenas na tentativa de romper com um ensino que se volta para o índio do passado. Por vezes, ainda não se enfatiza a questão do multiculturalismo, como herança, “[...] a cultura foi durante muito tempo pensada como única e universal” (VEIGA-NETO 2003, p. 7).

No desenvolvimento do trabalho em sala de aula, mesmo com as tentativas de trabalhar com a temática indígena valorizando a diversidade cultural, percebeu-se que ainda se encontra muito presente uma visão negativa do indígena.

No levantamento dos conhecimentos prévios que os alunos não índios possuíam acerca dos povos indígenas despontou a ideia de a margem da sociedade do homem branco. Alguns alunos responderam que acreditavam que alguns representantes indígenas ainda viviam em florestas.

Sob outras percepções, acreditavam que, quando não viviam neste ambiente, estavam em espaços urbanos, mas como sujeitos à parte, como cita um aluno ao dizer que “é normal ver um índio drogado e bêbado”. A frase dos alunos vai na direção do preconizado por Luciano que escreve: “historicamente, os índios têm sido objeto de múltiplas imagens e conceituações por parte dos não-índios e, em consequência, dos próprios índios, marcadas profundamente por preconceitos e ignorância” (2006, p. 34).

Como reflexo das percepções da sociedade, a escola na maioria das vezes colabora na transmissão e consolidação de uma representação negativa do índio. Na maioria das vezes, os estudos propostos vinculam a cultura indígena somente aos aspectos passados, deixando de considerar como o índio vive atualmente, mantém e transmite suas tradições, valores e cultura. Revela-se de fundamental importância que seja abordado nos conteúdos escolares não somente o índio no processo de colonização, já que se refere à parte fundamental da compreensão da história brasileira, mas o modo pelo qual o indígena vive atualmente, uma vez que são indivíduos contemporâneos. A aprendizagem destes conhecimentos permitiria a ruptura de mitos e paradigmas existentes em relação ao indígena, já que, assim como citado, existe ainda, por muitos indivíduos, a percepção de que este indivíduo ainda vive em florestas, sem roupas e alheio à sociedade.

O projeto citado pretendeu romper com esta percepção descrita anteriormente. É importante destacar que, um dos fatores a serem transmitidos consiste no fato de que, embora os aspectos do homem não índio tenham sido incorporados ao cotidiano dos povos indígenas, estes ainda preservam sua cultura. A realização de um intercâmbio cultural, em que alunos do ensino fundamental de escolas municipais do município de Londrina visitaram uma escola no município de São Jerônimo da Serra contribuiu para que as crianças, índias e não índias se encontrassem na situação de alunos. A figura do índio de personificou com rosto e voz e situada no presente.

Outro aspecto que proporcionou uma mudança nos saberes dos alunos sobre os índios foi a visita de representantes de comunidades indígenas às escolas, possibilitando que os próprios alunos retirassem dúvidas. Estas e outras atividades realizadas, que evidenciavam e valorizavam o na atualidade contribuiu para construir outras imagens e concepções sobre as sociedades indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos realizados para elaboração do artigo em questão, foi possível compreender em um primeiro momento, que, durante um período considerável, a identidade indígena foi negada, não somente por integrantes não-índios da sociedade, mas também pelo próprio indígena. A isso, deve-se o fato de que por muito tempo, houve ênfase a uma cultura global, desconsiderando a existência da ampla diversidade de culturas que permeia na sociedade atual.

Entretanto, a partir de determinações legais, tais como a Constituição de 1988, o Estatuto das Sociedades Indígenas (ainda não aprovado) e a Lei 11.645 tem-se consolidado a da valorização da identidade indígena, sobretudo, enfatizando o direito às diferenças entre as culturas.

É possível compreender atualmente, que os indígenas possuem o desafio de lutar pela valorização e auto-afirmação de sua identidade, ao mesmo tempo em que a preocupação com a conquista de seus direitos como cidadãos.

É necessário enfatizar que ainda, por falta de informações ou preconceito, existem ainda no Brasil indivíduos que possuem a visão errônea de que o indígena não possui educação, desconsiderando as mais diversas formas de transmissão de conhecimento existentes na sociedade, tais como por meio da oralidade. Percebe-se então, que é de fundamental importância que o indígena seja cada vez mais valorizado na sociedade, enfatizando e reconhecendo constantemente a importância do respeito e do direito à sua cultura e identidade.

Em um segundo momento, foi possível romper com a visão que se possuía do indígena, na qual era percebido muitas vezes tal como era no período de colonização. Inicialmente, era perceptível que a visão negativa do indígena prevalecia, sendo percebido como um indivíduo que não estuda, trabalha e conseqüentemente, não faz parte da sociedade. Porém, a necessidade de abordar nos conteúdos escolares não somente o indígena tal como permanecia antigamente, mas também como vive hoje torna-se fundamental, já que são indivíduos que pertencem à sociedade vigente e que devem ter respeitada sua cultura e identidade. Dessa forma, por meio do processo de ensino e aprendizagem destes conhecimentos, foi possível que houvesse a ruptura de

mitos e paradigmas existentes em relação ao indígena, como a de sua existência somente em florestas, sem vestimentas e excluído da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. V. (Org.). **Povos Indígenas e a Lei dos Brancos: o direito à diferença**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 212p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 3).

BAUMAN, Z. **Identidades**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília: DF. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em 14/04/2013

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília: DF: 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em 16/03/2013.

CIAMPA, A.C. Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento** (p. 58-75), São Paulo: Brasiliense. 1984.

DUBAR, C. (1997). **A Socialização**: Construção das Identidades Sociais e Profissionais. Porto: Porto Editora. 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

LUCIANO, G. S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, Brasília, 2006.